



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Gabinete da Desembargadora Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti

Decisão Monocrática

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0123444-73.2012.815.2001

RELATOR(A)	: Des^a. Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti
APELANTE	: Unimed João Pessoa – Cooperativa de Trabalho Médico
ADVOGADOS	: Hermano Gadelha de Sá (OAB/PB Nº 8463) Leidson Flamarion Torres Matos (OAB/PB Nº 13040)
APELADO(A)	: Lúcia de Fátima Maia de Vasconcelos
ADVOGADO(A)	: Davidson Lopes Souza de Brito (OAB/PB Nº 16.193)
RECORRENTE	: Lúcia de Fátima Maia de Vasconcelos
ADVOGADO(A)	: Davidson Lopes Souza de Brito (OAB/PB Nº 16.193)
RECORRIDO(A)	: Unimed João Pessoa – Cooperativa de Trabalho Médico
ADVOGADOS	: Hermano Gadelha de Sá (OAB/PB Nº 8463) Leidson Flamarion Torres Matos (OAB/PB Nº 13040)

APELAÇÃO CÍVEL – ANÁLISE DO RECURSO SOB O REGRAMENTO CONSTANTE NA LEI 5.869/73 – INTEMPESTIVIDADE – RECURSO INTERPOSTO APÓS O DECURSO DO PRAZO LEGAL – OCORRÊNCIA – SEGUIMENTO NEGADO – RECURSO ADESIVO QUE SEGUE A SORTE DO PRINCIPAL – PREJUDICADA A ANÁLISE DE MÉRITO – ARTS. 557 E 500, III DO CPC/73.

- Mostrando-se intempestiva a Apelação Cível, por ter o seu manejo ocorrido fora do prazo previsto em lei, é imperativa a respectiva negativa de seguimento.

- O recurso adesivo, quanto aos requisitos de admissibilidade, segue o destino dado ao recurso principal. Assim, configurada a inadmissibilidade da insurgência subordinante, não se pode conhecer o adesivo.

Vistos, etc.

Trata-se de **Apelação Cível** (fls. 226/236) interposta pela

Unimed João Pessoa – Cooperativa de Trabalho Médico, buscando a reforma da sentença (fls. 217/223) proferida pelo Juízo da 6ª Vara Cível da Comarca da Capital que, nos autos da Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais, ajuizada por **Lúcia de Fátima Maia de Vasconcelos** em face do ora Apelante, julgou parcialmente procedentes os pedidos, nos seguintes termos:

[...]

PELO EXPOSTO, com fincas nas normas e princípios de direito atinente à espécie, mantenho a decisão liminar de fls. 113/118, tornando-se definitiva, e JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial, para condenar a UNIMED a ressarcir, de forma simples, a quantia despendida pela autora com os exames cuja cobertura fora indevidamente negada, no valor total de R\$ 4.936,00 (quatro mil, novecentos e trinta e seis reais), corrigida desde o desembolso e com a incidência de juros de mora em 1% a contar da citação; e, ainda, a indenizar a requerente, a título de danos morais, tomando os aspectos acima delineados, na quantia de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), acrescida de correção monetária, a partir desta decisão, (Súm. 362, STJ) e juros de mora a partir da citação. Em consequência, extinto o processo com resolução do mérito (art. 269, inciso I, CPC), para que produza seus efeitos legais.

Honorários fixados em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a serem compensados, em razão da sucumbência recíproca entre os litigantes, na forma dos arts. 20, § 4º e 21 do CPC. Custas e despesas processuais a serem calculadas e igualmente rateadas, observada a concessão da gratuidade judiciária em favor da requerente e o que dispõe o art. 12 da Lei 1.060/50.

Não cumprida voluntariamente a decisão, após o trânsito em julgado, de logo fixo com esteio no art. 475-J do CPC, multa e 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação em favor da autora.

[...]

Nas razões recursais (fls. 226/236), o Apelante postula a reforma da sentença, argumentando que inexistente cobertura contratual para o procedimento pleiteado pela Autora, estando, ainda, ausentes os elementos ensejadores das indenizações por danos morais e materiais.

A parte autora interpôs Recurso Adesivo (fls. 240/255), buscando a reforma parcial da sentença para afastar a sucumbência recíproca, uma vez que a Promovente decaiu de parte mínima do pedido, bem como pleiteando a majoração do valor arbitrado a título de danos morais.

Contrarrazões da Autora às fls. 258/276, arguindo, inicialmente, a preliminar de violação ao princípio da dialeticidade, e, no mérito, pugnando pelo desprovidimento do recurso interposto pela parte ré.

A Unimed João Pessoa não apresentou Contrarrazões, conforme certidão de fl. 279.

Instada a se manifestar, a Douta Procuradoria de Justiça emitiu parecer opinando pelo desprovidimento da Apelação manejada pela Unimed João Pessoa e pelo provimento da Apelação interposta pela Autora (fls. 285/291).

Remessa dos autos ao Núcleo de Conciliação para tentativa de composição amigável, a qual restou infrutífera (fl. 298).

É o relatório.

Decido.

A princípio, esclareço que as expressões “publicação” e “intimação” não se confundem, sendo este o ato pelo qual se notifica determinada pessoa sobre os termos do processo, iniciando-se a contagem do prazo, enquanto aquele é o ato em que a decisão judicial se torna pública, ou seja, acessível a qualquer cidadão.

Desta forma, no tocante ao direito intertemporal, a data da publicação da decisão deve ser tida como a do ato de registro do *decisum* em cartório, que é o momento a partir do qual surge o direito de a parte interpor recurso, antes mesmo da intimação.

Este foi o entendimento consolidado pelo Fórum Permanente de Processualistas Civis (FPPC), por meio do Enunciado nº 476:

Independentemente da data de intimação, o direito ao recurso contra as decisões unipessoais nasce com a publicação em cartório, secretaria do juízo ou inserção nos autos eletrônicos da decisão a ser impugnada, o que primeiro ocorrer, ou, ainda, nas decisões proferidas em primeira instância, será da prolação de decisão em audiência. (Grupo: Direito intertemporal; redação alterada no VII FPPC-São Paulo) 105

Com efeito, em que pese as partes terem sido intimadas dos termos da sentença em 13.04.2016 (fl. 225-V), a data de registro em cartório do ato decisório ocorreu muito antes, em 10.02.2016 (fl. 223), quando da vigência

do CPC-73.

Sobre o tema, segue a jurisprudência deste Egrégio Tribunal:

APELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. SENTENÇA. INSERÇÃO CARTORÁRIA NOS AUTOS QUANDO DA VIGÊNCIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. MARCO DO DIREITO INTERTEMPORAL. DATA DE PUBLICAÇÃO EM CARTÓRIO QUE NÃO SE CONFUNDE COM PUBLICAÇÃO PARA EFEITO DE INTIMAÇÃO. ENUNCIADO Nº 476 DO FÓRUM PERMANENTE DE PROCESSUALISTAS CIVIS. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE QUE DEVEM OBSERVAR AS REGRAS RECURSAIS DA ANTIGA LEGISLAÇÃO PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 2 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INTERPOSIÇÃO APÓS O DECURSO DO PRAZO LEGAL. APLICABILIDADE DO ART. 522 DO CPC DE 1973. INTEMPESTIVIDADE. REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE NÃO ATENDIDO. NÃO CONHECIMENTO. - Em sede de direito intertemporal, a referência à data de publicação da decisão é lida sob o prisma do ato de entrega em cartório, momento a partir do qual surge o direito adquirido à interposição do recurso, antes mesmo da intimação pelo Diário Oficial. Esse é o entendimento reverberado no Fórum Permanente de Processualistas Civis (FPPC), por meio do Enunciado nº 476: "O direito ao recurso nasce com a publicação em cartório, secretaria da vara ou inserção nos autos eletrônicos da decisão a ser impugnada, o que primeiro ocorrer". - "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo nº 2 do Superior Tribunal de Justiça). - O prazo para interposição de apelação, previsto no Código de Processo Civil de 1973, é de 15 (quinze) dias, sendo o lapso contado de forma contínua, em consonância com os arts. 178 e 184 da antiga lei processual civil. Ultrapassar esse limite legal implica o reconhecimento da intempestividade recursal, fato que obsta o seu conhecimento. [...] (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00010195720178150000, 2ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO, j. em 26-09-2017) (grifei)

Isto posto, o caso dos autos é de Apelação Cível e Recurso Adesivo interpostos contra sentença publicada antes do dia 18 de março de 2016 (consoante fl. 223), data de início da vigência do Novo Código de

Processo Civil¹, aplicando-se, à espécie, o antigo diploma de 1973, sob pena de malferirem-se os artigos 1º, 14 e 1.046, todos do CPC/2015, além do art. 6º da LINDB e art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal.

Feito esse registro, por força de ausência de requisito legal, o recurso de Apelação não poderá ser conhecido, **tendo em vista a sua evidente intempestividade**.

A parte apelante foi devidamente intimada da sentença no dia **13 de abril de 2016** (fl. 225-V). Desprezando o dia do começo do interstício recursal, observo que o termo final para a manifestação da inconformação ocorreu no dia **28 de abril de 2016**.

Por sua vez, a Apelação (fls. 226/236) somente foi interposta em **29 de abril de 2016** (fl. 226), quando já decorrido o prazo de 15 (quinze) dias previstos no art. 508 do CPC-73. Nesta perspectiva, mostra-se tardio o apelo.

Em oportuno, é válido colacionar julgados que tratam da matéria:

APELAÇÃO. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PELO AUTOR ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DO CPC/2015. ANÁLISE DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE À LUZ DA DISCIPLINA CONSTANTE DO CPC/1973. RECURSO INTERPOSTO FORA DO PRAZO LEGAL PREVISTO NO ART. 508, CPC. INTEMPESTIVIDADE. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO NÃO CONHECIDO. 1. Em recursos interpostos antes da entrada em vigor do CPC/2015, os requisitos de admissibilidade devem ser analisados à luz do CPC/1973, sendo inaplicável, portanto, o arts. 932, parágrafo único, do novo Código. 2. Não se conhece do Recurso interposto fora do prazo previsto no art. 508, do CPC/1973. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00352916320098152003, - Não possui -, **Relator DES. ROMERO MARCELO DA FONSECA OLIVEIRA**, j. em 10-10-2017)

APELAÇÃO CÍVEL. PRAZO RECURSAL. INTERPOSIÇÃO EXTEMPORÂNEA. INTELIGÊNCIA DO ART. 508 DO CPC/73. PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL NÃO PREENCHIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 557, CAPUT, DO CPC/73. NÃO

¹ O prazo de *vacatio legis* (art. 1.045 do CPC/2015) foi de um ano, sendo a lei publicada em 17/03/2015. O termo final do prazo contado em ano é dia 17/03/2016. Inclui-se o último dia do prazo na contagem por força do art. 8º, § 1º, da Lei Complementar nº. 95/98, que regula a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis brasileiras. Logo, a entrega em vigor se dá no dia subsequente ao fim do prazo de vacância, qual seja o dia 18/03/2016. Nesse sentido o Enunciado Administrativo nº 1 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão administrativa do dia 2 de março de 2016.

CONHECIMENTO. - Verificando-se que a Apelação foi interposta após findo o prazo, é manifesta a sua intempestividade, a ensejar o não conhecimento do recurso. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00094371220148150251, - Não possui -, **Relator DES. LEANDRO DOS SANTOS**, j. em 13-10-2016)

apelação cível. AÇÃO DE REVISIONAL DE PARCELA. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO INICIAL. Irresignação. intempestividade. APLICAÇÃO DO ART. 557, CAPUT, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO RECURSO. - O prazo para interposição do recurso apelatório é de 15 (quinze) dias, e a inobservância desse limite legal implica no reconhecimento da intempestividade recursal, o que obsta o seu conhecimento. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00008400920148150751, - Não possui -, **Relator DES JOSE RICARDO PORTO**, j. em 25-08-2015)

Quanto ao recurso adesivo, dada a sua subordinação ao recurso principal, tampouco será conhecido, em conformidade com o que estabelece o art. 500, III do CPC-73:

Art. 500. Cada parte interporá o recurso, independentemente, no prazo e observadas as exigências legais. Sendo, porém, vencidos autor e réu, ao recurso interposto por qualquer deles poderá aderir a outra parte. O recurso adesivo fica subordinado ao recurso principal e se rege pelas disposições seguintes:

[...]

III - não será conhecido, se houver desistência do recurso principal, ou se for ele declarado inadmissível ou deserto.

[...]

Sobre o tema, segue o entendimento do STJ:

TRIBUTÁRIO - RECURSO ESPECIAL DO MUNICÍPIO INADMITIDO NA ORIGEM - JUÍZO NEGATIVO DE ADMISSIBILIDADE MANTIDO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO NO STJ - RECURSO ESPECIAL ADESIVO DO PARTICULAR - INADMISSIBILIDADE.

1. Segundo Nelson Nery Junior **"o recurso adesivo fica subordinado à sorte da admissibilidade do recurso principal. Para que o adesivo possa ser julgado pelo mérito, é preciso que: a) o recurso principal seja conhecido; b) o adesivo preencha os requisitos de admissibilidade. Não sendo conhecido o principal, seja qual for a causa da inadmissibilidade, fica prejudicado o adesivo"**. (in, Código de Processo Civil Comentado e

Legislação Extravagante, 7ª ed. Rev. amp., Revista dos Tribunais, SP, 2003, p. 863). 2. Assim, o recurso principal, interposto pelo Município, não foi admitido na origem e, em face do primeiro juízo negativo de admissibilidade, interpôs o Município agravo de instrumento, que também não foi provido. **3. Desse modo, como o recurso adesivo segue a sorte do principal, também não poderá ser conhecido, conforme o art. 500, III do Código de Processo Civil.** Precedentes.

Agravo regimental improvido.² (grifei)

Diante do exposto, com fulcro no art. 557 do CPC-73, **NEGO SEGUIMENTO** ao recurso de Apelação, ante a sua flagrante intempestividade, e **JULGO PREJUDICADO** o Recurso Adesivo, nos termos do art. 500, III do CPC-73.

P.I.

João Pessoa, 17 de outubro de 2017.

Desembargadora Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti
Relatora

G/09

² STJ, AgRg no Ag 822.052/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/06/2008, DJe 17/06/2008.